

CONSIDERAÇÕES SOBRE DILEMAS CLÁSSICOS E CONTEMPORÂNEOS DAS FRONTEIRAS E DOS LIMITES INTERNACIONAISⁱ

Considerations about classic and contemporary dilemmas concerning borderland international limits

Consideraciones sobre los dilemas contemporáneos y clásicos de fronteras y límites internacionales

Gutemberg de Vilhena Silvaⁱⁱ
Universidade Federal do Amapá - Brasil

RESUMO

O presente artigo analisa alguns aspectos relevantes para pensar os limites e fronteiras internacionais, ontem e hoje, tendo por fio condutor a Geografia Política. Nosso recorte metodológico foi pautado em análise bibliográfica de artigos e livros anglo-saxões, europeus e latino-americanos sobre como pensar as fronteiras nas suas formas clássica e contemporânea. Compreender o caminho das intervenções nacionais e de seus atores nas fronteiras internacionais via Geografia Política, significa visualizar e entender a espacialidade das tensões dos arranjos e de conflitos com que as decisões políticas se territorializa(ra)m e provoca(ra)m assimetrias econômicas e sociais, considerando a política, o território e as escalas geográficas de ação. Considerando os aportes da Geografia Política, o artigo está organizado da seguinte maneira: inicialmente aborda de forma sucinta o desafio contemporâneo que é propor estudos sobre fronteira à luz da Geografia Política. Em seguida, são apresentados conceitos, funcionalidades e características dos estudos sobre fronteira na perspectiva clássica e contemporânea. Por fim, o trabalho avalia algumas das funcionalidades dos limites internacionais. Conclui-se que é desafiador neste novo século compreender os desdobramentos das várias ações visando a cooperação transfronteiriça entre países e/ou os mecanismos de reforço das barreiras anti-porosidade internacional entre eles.

Palavras-chave: geografia política; limites internacionais; fronteiras internacionais.

ABSTRACT

This article analyses some relevant aspects about limits and international borders along the time in a perspective of the political geography. Our methodological approach was guided by a bibliographic analysis of Anglo-Saxons, Europeans and Latin-Americans articles and books that had borders as theme in its classic and contemporary ways. The political geography makes possible the understanding of interventions of different actors on international borders, it also makes easier to understand the tensions, conflicts and arrangements where policy decisions are territorialized and cause economic and social asymmetries. This paper is organized in the following way: initially there is an approach about the contemporary challenge of studying borders in a perspective of the political geography. Afterwards the text presents concepts, functionalities and characteristics of border studies in classical and contemporary perspectives. Finally, the paper brings an analysis of the functionalities of international boundaries. As a previous conclusion we can say that understand the consequences of the multiple actions in favor of the cross-border cooperation and understand the rise of international barriers between countries are challenges for this new century.

Keywords: political geography; international limits; international borders.

RESUMEN

Este artículo examina algunos de los aspectos importantes para pensar los límites y las fronteras internacionales de ayer y hoy, teniendo como hilo conductor la Geografía Política. Nuestro enfoque metodológico se basó en la revisión bibliográfica de artículos y libros anglosajones, europeos y latinoamericanos a pensar en las fronteras en sus formas clásicas y contemporáneas. Entender los caminos de las intervenciones nacionales e de sus actores en las fronteras internacionales a través de la Geografía Política, significa mirar y entender la espacialidad de las tensiones de los acuerdos y los conflictos de las disposiciones que las decisiones políticas se amplia(ra)n el territorio y provoca(ra)n asimetrías económicas y sociales teniendo en cuenta la política, el territorio y las escalas geográficas de actuación. Considerando que las contribuciones de la Geografía Política, el artículo se organiza de la siguiente manera: inicialmente se analiza brevemente el desafío contemporáneo que es proponer estudios sobre la frontera a la luz de la Geografía Política. Entonces, se presentan las funcionalidades y las características de los estudios sobre la frontera en perspectiva clásica y contemporánea. Por último, el documento evalúa algunas de las características de las fronteras internacionales. Llegamos a la conclusión de que en este nuevo siglo es un reto de entender las ramificaciones de diversas acciones de cooperación transfronteriza entre países y/o mecanismos para el fortalecimiento de las barreras anti-porosidad internacionales entre ellos.

Palabras clave: globalización; agronegocios; rondônia; relaciones urbano-rurales.

INTRODUÇÃO

As relações internacionais entre as nações sul-americanas passaram por várias transformações ao longo da história. Entendê-las significa ter a clareza da existência de caminhos construídos em bases variadas, cujos projetos atuam em horizontes político-territoriais de atores que promovem uma ação no espaço geográfico e que refuncionalizam o *uso do território*¹ de seus países e regiões, atribuindo-lhes constantemente *novos usos*.

Face a isto, entendemos que compreender o caminho das intervenções nacionais e de seus atores via Geografia Política, opção aqui adotada, significa visualizar e entender a espacialidade² (SOJA, 1993) das tensões dos arranjos e de conflitos com que as decisões políticas se territorializa(ra)m e provoca(ra)m assimetrias econômicas e sociais, considerando a política³ (SANCHEZ, 1992), o território⁴ (SACK, 1996; 2002) e as escalas geográficas de ação (CASTRO, 2005).

Este artigo, pautado nas considerações anteriormente expostas, analisa alguns aspectos relevantes para pensar os limites e fronteiras internacionais, ontem e hoje, tendo por fio condutor a Geografia Política. Nosso recorte metodológico foi pautado em análise *bibliográfica* de artigos e livros anglo-saxões, europeus e latino-americanos sobre como pensar as fronteiras nas suas formas clássica e contemporânea. O artigo está dividido da seguinte maneira: Inicialmente aborda de forma sucinta o desafio que é propor estudos sobre fronteira à luz da Geografia Política. Em seguida, são apresentados conceitos, funcionalidades e características dos estudos

sobre fronteira na perspectiva clássica e contemporânea. Por fim, o trabalho avalia algumas das funcionalidades dos limites internacionais.

UM DESAFIO À GEOGRAFIA POLÍTICA DAS FRONTEIRAS HOJE

Desde a década de 1970, a Geografia Política vem ganhando novos contornos a partir da consideração de que diversos atores produzem e reproduzem relações que afetam politicamente as interações espaciais de e entre os países. Isto porque o Estado deixou de ser um recorte explicativo para inúmeras questões colocadas recentemente às Ciências Sociais, em sentido amplo, e à Geografia em sentido estrito (CASTRO, 2005). Neste contexto residem muitos dos atuais arranjos e das tensões políticas entre as nações e suas correspondentes fronteiras.

Reflexões sobre fronteiras políticas e derivações (zonas de fronteira, faixas de fronteira, interações transfronteiriças e diversas tipologias) estão nas bases de estudos em geografia política (BRUNET-JAILLY, 2005). Estudos de caso em trabalhos recentes analisando múltiplos aspectos de interações espaciais transfronteiriças⁵ (RIETVELD, 1993; 2001; HOUTUM, 1998; ALANEN; ESKELINEN, 2000; CUISINIER-RAYNAL, 2001; ANDERSON, 2006; BOUDOUX D'HAUTEFEUILLE, 2013; LAINE, 2006; SILVA, 2007; 2008; 2009; 2010; 2013; MEDEIROS, 2010; SILVA; RÜCKER; 2010), bem como a realização constante de encontros acadêmicos tratando da temática, mostram a sua pertinência atual.

Um dos desafios centrais hoje em Geografia Política é entender os desdobramentos das várias ações visando a cooperação

transfronteiriça institucionalizada entre os países, a partir da qual *estratégias territoriais* de atores variados divergem, convergem, moldam-se e impõem a necessidade de aportes teóricos e estudos analíticos cada vez mais aprofundados sobre as zonas de fronteira e suas correspondentes interações espaciais no aspecto institucional.

Por estratégias⁶ territoriais entendemos a busca por resultados no território, sejam eles resultados econômicos, sociais, culturais, ambientais ou políticos. Todos estes resultados podem apresentar um comportamento espacial, direta ou indiretamente. Estas estratégias compõem o leque de questões das políticas públicas de caráter territorial, ou seja, de um conjunto de planejamentos estratégicos a médio e longo prazos, assim como as suas correspondentes formulações de atuação dirigidas a intervir sobre o território (SANCHEZ, 1992), do qual se podem obter as respostas desejadas. Tais estratégias devem ser avaliadas face aos desdobramentos da globalização, o que, no seu bojo, fez surgir um sistema *pós-westphaliano* (AGNEW, 2002) implicado na redefinição do próprio conceito de soberania, por força dos crescentes processos de integração e/ou cooperação regional (SMITH, 1996).

Conforme Perkmann e Sum (2002), as estratégias territoriais implicadas nas fronteiras são conectadas a uma série de grandes tendências que têm afetado o *status* dos limites nacionais nos últimos anos, tais como:

a) o crescimento de atividades econômicas transfronteiriças através do aumento do movimento de bens, serviços e pessoas. Este

crescimento poderá ocorrer entre o Amapá e Guiana Francesa desde que dispositivos administrativos sejam implementados neste sentido como é o caso da regulamentação aduaneira e alfandegária pró-circulação de mercadorias e serviços na fronteira;

b) a transferência de poderes específicos do Estado, ou seja, a passagem de uma concepção *unidimensional à multidimensionalidade do poder* (RAFFESTIN 1993 [1980]; BECKER, 1983), fornecendo a matriz principal para a territorialização do poder político em torno do mundo pós 1945 - com integração regional acima do nível dos Estados nacionais, que se tornou especialmente importante no fim dos anos 80. Não é o caso da fronteira franco-brasileira, mas é importante destacar que as interações neste recorte espacial promovem certa aproximação;

c) o fim da Guerra Fria e a tendência à integração e à cooperação transfronteiriça, que tem ocorrido de fato na fronteira franco-brasileira, mesmo que ainda seja uma realidade pautada em expectativas com alguns *ensaios* de cooperação transfronteiriça.

A GEOGRAFIA POLÍTICA DAS FRONTEIRAS: ALGUMAS NOTAS SOBRE O ONTEM E O HOJE

Este tópico avalia de forma abrangente a evolução das fronteiras internacionais e, em conjunto, características importantes para pensar noções a ela adjacentes, que são a faixa de fronteira e a zona de fronteira. Estudos sobre fronteiras fazem parte de uma tradição que

remonta os primeiros estudos em Geografia Política. A fronteira, em linhas gerais, é um perímetro instaurado por um poder político cujo interesse e ações são o de se afirmar e se distinguir de outras entidades territoriais igualmente soberanas. O limite, por outro lado, é a marca divisória de dois sistemas políticos soberanos.

Na antiguidade, as fronteiras eram as práticas de uma sociedade rural que limitava o território até certa extremidade para além da qual se via frequentemente o desconhecido. Para uma parte da literatura consultada por Steiman (2008), é no período entre os séculos XIII e XV que surge a palavra “fronteira” na maioria das línguas europeias, derivada do latim *frons- frontis*.

Com o advento dos Estados modernos, mais especificamente a partir dos tratados de Westphalia⁷, a fronteira aparece com o *status* de centralidade do poder entre dois sistemas diferenciados, os Estados. O sistema westfaliano foi resultante da assinatura de um conjunto de tratados diplomáticos em 1648, que pôs fim à *Guerra dos Trinta Anos*⁸ (1618-48). Em sentido amplo, os tratados marcaram o início do *sistema laico*⁹ de relações internacionais entre os países, na medida em que deram origem à estrutura política das ações interestatais modernas. Os tratados, em síntese, reconheceram explicitamente uma sociedade de Estados fundada no princípio da soberania territorial, na não intervenção em assuntos internos de cada país e na independência dos Estados detentores de direitos jurídicos iguais a serem respeitados pelos demais membros (VESENTINI, 2000).

Para Lia Machado (2002), caracterizar as noções de fronteiras - e também dos limites internacionais - no contexto da teoria do estado moderno é muito difícil quando sabemos que elas passaram por muitas mudanças e que são usados numa variedade de sentidos. Ambos mudam com o tempo. Agnew, Michell e Toal (2003) sugerem que a principal diferença entre os estudos tradicionais sobre fronteira, em relação às reflexões mais recentes, é que aqueles tradicionais visavam, sobretudo, as análises empíricas ou a aplicação concreta das perspectivas utilizadas para a resolução de problemas, enquanto estes recentes enfatizam, examinam e/ou teorizam sobre as principais categorias sociais e políticas, como Estado, nação, nacionalismo, territorialidade, identidade ou etnia. Ambas as abordagens sobre fronteira ainda são muito relevantes hoje, pois as questões clássicas permanecem, e as que surgiram merecem também atenção e avaliação, como bem mostra a literatura atual (NEWMAN; PAASI, 1998; NEWMAN, 2003; 2006ab; KOLOSSOV, 2005). A avaliação da fronteira franco-brasileira, por exemplo, demonstra o reforço no controle territorial, por um lado base clássica da noção de limite institucional, mas, por outro, possui também níveis de porosidade institucionalizada, característica de atributos atuais das noções de limites e fronteiras.

Os estudos sobre fronteiras tiveram um enorme crescimento durante os anos 1990 (NEWMAN, 2006a; NEWMAN; PAASI, 1998), na *contramão* do discurso que prevaleceu durante o final de 1980 e início de 1990, em que autores pressupunham a *emergência* de um novo mundo 'sem

fronteiras', a partir do qual as barreiras simbólicas e físicas tornar-se-iam insignificantes (OHMAE, 1996; SHAPIRO & ALKER, 1996). O que se viu de fato foi certo reforço no controle e na proteção de diferentes fronteiras (FOUCHER, 2009), ainda mais com os eventos de 11 de setembro de 2001, nos EUA, quando as teses de *securitização* ganharam impulsos significativos.

Segundo Raffestin (1993), as recentes abordagens sobre fronteiras políticas, sobretudo na Europa, estão dando lugar a uma nova mitologia, a de abolição das fronteiras-limite, coincidente com uma vontade ainda difusa de torná-las sem sentido, também em outros domínios da sociedade (Cf. STEIMAN, 2008). É interessante notar que, primeiramente institucionalizada na Europa, é também lá que a abolição ou não dos limites internacionais está sendo intensamente questionada, mais do que em qualquer outro lugar na atualidade. A mitologia de abolição dos limites estaria apoiada na ideia de que estes constituem um obstáculo e um entrave à liberdade individual ou coletiva, dentro de uma tradição de longa data, que atribui apenas funções negativas às divisões entre Estados.

Ainda para Raffestin (1993), essa mitologia não faz o menor sentido, uma vez que o limite é uma necessidade incontornável, um mecanismo de regulação que garante a existência contra os perigos do caos. Mesmo quando parecem estar de todo ultrapassados e aparentemente sem efeitos sobre o cotidiano vivido, os limites internacionais continuam a sublinhar tanto diferenças legais, quanto o princípio da identidade territorial, promovendo a separação

entre “nacionais” e “não-nacionais” através de impedimentos jurídicos, políticos e ideológicos (STEIMAN, 2008), tal como acontece de forma bastante clara na fronteira franco-brasileira, onde o EB ainda é muito intenso como se verá adiante.

As diferentes facetas (políticas, econômicas, ambientais, sociais e culturais) estudadas sobre as fronteiras implicam em um cenário extremamente fértil para a geografia política, reforçado pelas numerosas conferências e *workshops* que se realizaram durante o último quadriênio, juntamente com uma longa lista de publicações sob a forma de conferências, como bem avalia David Newman (2006ab).

Paasi (2005), numa tentativa de clarear as diferentes possibilidades de estudar as fronteiras no âmbito da geografia, montou um modelo esquemático (Figura 1), no qual definiu quatro grandes subcampos (geografia cultural, geografia política, geografia econômica e geografia regional), existindo uma série de variações e perspectivas de análises que contemplam praticamente todos os campos da geografia humana, mesmo não estando claramente definidos na Figura 1 em questão.

O mesmo autor, ao fazer a distinção em subcampos e dividir os temas por cada eixo, procurou demonstrar quais são as reflexões sobre fronteiras e limites que a geografia vem analisando em diferentes abordagens, o que é significativo e interessante, mesmo ainda com fissuras e dificuldades de se cercar precisamente as análises. As *interações transfronteiriças*, por exemplo, são pertinentes a todos os subcampos mencionados, mas estão posicionadas na geografia econômica, o que reduz em demasia

esta abordagem. No final das contas, as manifestações mostradas precisam estar em interface (geografia política e geografia

econômica, por exemplo), já que não existe uma barreira clara que as separem.



Figura 1 – A manifestação dos estudos de fronteira, segundo subcampos da geografia humana.
Fonte: Adaptado de Paasi (2005, p. 667).

O russo Vladimir Kolossov elaborou um artigo sobre as perspectivas histórico-geográficas dos estudos sobre fronteira. No Quadro 1, Kolossov (2005) procurou desdobrar em seis campos esquemáticos (estágio/período, aproximação dominante e método, conteúdo,

concepção central e realização, autores e aplicações práticas) o desenvolvimento dos estudos fronteiriços na sequência de quatro estágios.

O autor mostra que, desde os anos 1980, os estudos tomaram caminhos bastante difusos, o

que tornou mais fecundos os trabalhos sobre fronteira. Dentre os vários enfoques apresentados pelo autor, destacamos o *enfoque geopolítico* (Quadro 1, estágio 4, Letra B), a partir do qual o conteúdo-chave corresponde aos impactos da globalização e da integração das fronteiras políticas. Este enfoque se pauta na representação dos processos de des-territorialidade e re-territorialidade em relação ao sistema político-administrativo da fronteira, e suas aplicações correspondem à construção da nação a partir da resolução de problemas socioeconômicos na fronteira, tendo por base os princípios de cooperação e fortalecimento institucional de unidades territoriais localizadas na fronteira (estados e municípios).

O trabalho realizado pelo grupo *Retis* e pesquisadores associados (BRASIL, 2005) deslocou o enfoque de uma concepção 'linear', própria à noção de limite internacional, para uma concepção de área ou região de fronteira, em que se introduziu uma distinção relevante entre Faixa e Zona de Fronteira-definições significativas para o entendimento geográfico político das expectativas que a CT entre França e Brasil fizeram emergir. Enquanto a faixa de fronteira constitui uma expressão *de jure*, associada aos limites territoriais do poder do Estado, o conceito de zona de fronteira aponta para um espaço de interação, uma paisagem específica, com espaço social transitivo, composto por diferenças oriundas da presença do limite internacional e por fluxos e interações transfronteiriças. Os dois subtópicos a seguir procuram, de maneira mais densa, estabelecer diferenças entre as noções de faixa e zona de fronteira.

A FAIXA DE FRONTEIRA: UMA "REGIÃO" DE PROGRAMAÇÃO NACIONAL

O marco jurídico-institucional que trata das áreas de fronteira sofreu, ao longo dos anos, modificações, em parte para adaptar-se a novas realidades e em parte por mudanças de orientação das políticas públicas. Os países limítrofes da América do Sul aplicaram regimes específicos para suas áreas de fronteira, geralmente qualificadas como "zonas ou faixas de segurança", ou seja, "regiões" na *linde*, cujos critérios restritivos inibiram e restringiram a implementação de projetos de integração, localizados nessas franjas (BRASIL, 2005).

O Brasil recentemente passou-se a pensar a zona de fronteira como espaço de integração econômica e política entre as nações sul-americanas, fato provavelmente ligado à recuperação do regime democrático no continente, após longo período de ditaduras. Assim, o momento atual pode ser caracterizado como passagem de uma concepção de fronteira exclusivamente de defesa de limites territoriais, rígida e isolante, para uma concepção de aproximação, união e abertura num espaço de interação sobre o qual se devem orientar as estratégias de desenvolvimento através de ações conjuntas entre países vizinhos (BRASIL, 2005)- o que tem se verificado, mesmo que de forma muito incipiente e com diversos problemas, na interação entre França e Brasil.

Desde 2000, a Faixa de Fronteira e seu desenvolvimento estão a cargo da Secretaria de Programas Regionais do Ministério da Integração Nacional, através do *Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira*.

Regulamentação recente sobre a Faixa de Fronteira em relação a leis, medidas provisórias, decretos-lei e decretos referentes à fronteira e à faixa de fronteira apontam para temas

relacionados a segurança, proteção e controle de fronteiras, porém já se percebe um crescente número de temas ligados à integração e à cidadania (BRASIL, 2005).

Estágio/período	Aproximações dominantes e método	Etapas do conteúdo	A concepção central e a realização	Alguns Autores	Aplicações práticas
1. Desde o final do século XIX	Enfoque geográfico	Histórico-geográfico Acumulação de dados empíricos, mapeamento detalhado da estrutura econômica e social em regiões de fronteira, estudos de caso numéricos	Representação da evolução das áreas de fronteira e dos limites no espaço-tempo; exploração dos recursos das fronteiras e morfologia do balanço de poder entre estados vizinhos; crescimento e declínio da teoria das fronteiras naturais	J. Ancel (França), Bowman (EUA), Hartshorn (EUA), Banse (Alemanha)	O. R. fronteira europeias; E. delimitação das possessões coloniais na África e Ásia.
1. Desde o final do século XIX	Tipologia de fronteiras	Tipologia numérica e classificação da fronteira do Estado; estudos da relação entre o limite e o contato funcional da fronteira	Concepção de limites e fronteiras, sua evolução e morfologia	Lord Curson, T. Holdich; C. Fawcett (Grã-Bretanha), S. Boggs (EUA).	Estratégia na geopolítica, divisão do mundo em áreas de influência de poder; aplicação global da concepção europeia de fronteira como uma linha fixada.
2. Desde os anos 1950	Enfoque funcional	Estudo de fluxos transfronteiriços de pessoas, bens, informações etc, e uma influência mútua da fronteira e da diferença entre elementos naturais e sociais na paisagem	Modelo de interações transfronteiriças, diferentes níveis espaciais e tipologias de fluxos transfronteiriços; entendimento de fronteiras como multidimensional e um fenômeno social altamente dinâmico; concepção de paisagem fronteira e da evolução das áreas de fronteira	J.R.V. Prescott (Austrália), J.W. House (Inglaterra), J. Mingui, O. Martinez (EUA), M. Foucher (França), G. Blake (Inglaterra).	Negociação de limites, práticas de cooperação fronteiriça e gestão de processos sociais em áreas de fronteira, delimitação e demarcação de novas fronteiras políticas (incluindo fronteiras marítimas)
3. Desde os anos 1970	Aproximação com a Ciência Política	Estudo do papel das fronteiras dos Estados e de sua importância nos conflitos internacionais	Relação entre fronteiras, recursos e seu papel no comércio, evolução e resolução de conflitos fronteiriços; fronteiras são mais frequentemente consideradas como uma realidade dada.	G.Goertz e P. Diehl, T. Gurr, H. Starr, A. Kirby (todos EUA) e outros.	Resolução de conflitos internacionais, construção ou manutenção de paz.
4. Desde os anos 1980	A) Sistema mundo e identidades territoriais	Estudos da fronteira como diferencial de interrelação dependente do nível de evolução da identidade territorial e do papel do limite na hierarquia da fronteira política como um todo.	Modelização de relação entre fronteira e a hierarquia das identidades territoriais	A. Paasi (Finlândia), D. Newman (Israel), J. O'Loughlin (EUA), P.Taylor, J. Adleson (Inglaterra), T. Lundem (Suécia).	Uso do problema fronteiriço e conflitos da nação na construção do Estado; princípios de cooperação na fronteira política, criação e fortalecimento das regiões transfronteiriças
(cont...)	B) Enfoque geopolítico	B.1 impactos da globalização e da integração nas fronteiras políticas	Representação sobre processos de des-territorialização e re-territorialização (re-distribuição da função entre fronteiras de diferentes níveis e tipos) e sobre a evolução do sistema político-administrativo da fronteira	Idem	Idem
(cont...)		B.2 Fronteira na perspectiva do militarismo, político, segurança e etc.	Papel da fronteira na securitização de países e regiões; separação das representações tradicionais e pós-modernas sobre o papel, os estudos e a influência da cultura geopolítica e funções da fronteira como campo da segurança.	Idem	Idem
(cont...)	C) Fronteira como representação social	Fronteira como construção social e como espelho da relação entre passado e presente; papel das fronteiras como um símbolo social e sua importância no discurso político	Enfoque dos estudos de fronteira como elemento importante da etnia, da nação e de outras identidades territoriais	Idem	Idem
(cont...)	D) O enfoque da prática-política-percepção	Relações entre a terminação política e transparência da fronteira; sua percepção pelas pessoas e as práticas de atividades relacionadas com a fronteira.	Influência da política fronteiriça; práticas e percepção da gestão das regiões e cooperação fronteiriça	H. van Houtum and O. Kramsch (Holanda); J. Scott (Germany)	Gestão das regiões de fronteira e cooperação fronteiriça; regulação da migração internacional e de outros fluxos transfronteiriços na política regional.
(cont...)	E) Ecopolítica	Relação entre fronteira política e natural	Funções das fronteiras políticas e naturais como um sistema integrado de gestão transfronteiriça do sistema sócio-ambiental.	O. Young, G. White (EUA); N. Kliot (Israel); S. Dalby (Canada), S. Gorshkov; L. Korytny (Russia)	Estudo dos problemas ambientais em nível global e regional; gestão internacional de bacias hidrográficas etc.

Quadro 1 - O desenvolvimento dos estudos de fronteira, estágios 1 a 4

Fonte: Adaptado de Kolossov (2005, p. 608-10). *Grifos nossos*.

Todos estes temas mencionados foram e são objeto temático de preocupação, discussão e de proposição para a fronteira franco-brasileira.

A faixa de fronteira é bem definida, mas seu papel é restrito a cada Estado-Nação. Na América do Sul, a faixa de fronteira mais extensa é a brasileira. O documento em vigor, que normatiza a organização, a competência e o funcionamento da faixa de fronteira brasileira é a Lei Ordinária nº 6.634/1979, implementada no governo militar do general João Figueiredo. O documento indica que será vedada a faixa de 150 km do Conselho de Segurança Nacional, salvo com o assentimento prévio, a prática dos atos referentes a:

I - alienação e concessão de terras públicas, abertura de vias de transporte e instalação de meios de comunicação destinados à exploração de serviços de radiodifusão de sons ou radiodifusão de sons e imagens;

II - construção de pontes, estradas internacionais e campos de pouso;

III - estabelecimento ou exploração de indústrias que interessem à Segurança Nacional, assim relacionadas em decreto do Poder Executivo.

IV - instalação de empresas que se dedicarem às seguintes atividades:

a) pesquisa, lavra, exploração e aproveitamento de recursos minerais, salvo aqueles de imediata aplicação na construção civil, assim classificados no Código de Mineração;

b) colonização e loteamento rurais;

V - transações com imóvel rural, que impliquem a obtenção, por estrangeiro, do domínio, da posse ou de qualquer direito real sobre o imóvel;

VI - participação, a qualquer título, de estrangeiro, pessoa natural ou jurídica, em pessoa jurídica que seja titular de direito real sobre imóvel rural.

Acrescente-se a essas informações que, toda vez que existir interesse para a Segurança Nacional, a União poderá concorrer com o custo ou parte dele para a construção de obras públicas a cargo dos municípios total ou parcialmente abrangidos pela Faixa de Fronteira. Os recursos serão repassados diretamente às prefeituras municipais, mediante a apresentação de projetos específicos.

Segundo Abreu (2009), a maioria dos países do mundo não utiliza a figura jurídica *faixa de fronteira*. Entretanto, este autor informa que os países dispõem de outros mecanismos legais que possibilitam ao Estado intervir nas áreas próximas aos seus limites territoriais, valendo-se de legislação especial. Segundo o autor, dependendo das características históricas e geográficas e das políticas vigentes, leis específicas dispõem que, mesmo em tempo de paz, os órgãos de defesa possam estabelecer critérios e acessar dados que interessem à segurança nacional para a fundamentação de seus planos de campanha. Abreu (op. cit.) avalia ainda que alguns países da América do Sul se ressentem por não disporem de uma faixa de fronteira nos moldes do Brasil; por isso eles têm procurado enrijecer mais as regras, particularmente nas transações envolvendo imóveis rurais por estrangeiros, como é o caso do Paraguai.

A ZONA DE FRONTEIRA: UM PERÍMETRO TRANSFRONTEIRIÇO DE DIMENSÃO VARIÁVEL

A zona de fronteira é composta por 'faixas' territoriais de cada lado do limite internacional, com uma dimensão variável, ou seja, depende

das condições de interação e usos do território de cada fronteira no mundo. House (1980) ressalta que, em termos teóricos, o conceito de zona de fronteira foi ignorado pela maior parte dos geógrafos, dos economistas, dos cientistas regionais e dos teóricos do comércio exterior até a década de 1970. Não foi o caso de Raffestin; Guichonnet & Hussy (1975) que, mesmo não definindo precisamente a noção, indicam ser a zona de fronteira o foco central do trabalho que analisaram o caso franco-genovês.

Para House, pouca atenção foi dispensada as zonas fronteiriças, cuja concentração de efeitos territoriais poderia servir de base para a organização de contatos e cooperações transnacionais. A extensão desses efeitos teria gradação decrescente (*distance decay*) numa zona de distância indeterminada, rumo ao interior de cada território nacional. Determinar essa distância tem sido um dos objetivos mais espinhosos dos pesquisadores dedicados ao tema, com implicações práticas na atuação do Estado em suas respectivas faixas de fronteira. A dificuldade advém principalmente do fato de que esses efeitos se expressam com formas e amplitudes diferenciadas no território – conjugada ou isoladamente, contínua ou descontinuamente (STEIMAN, 2008), ou seja, tem uma dimensão geográfica e de interações variáveis.

A interação entre cidades na zona de fronteira se expressa frequentemente através da vinculação social e cultural, adotando-se reciprocamente usos, costumes, valores e expressões idiomáticas que são próprios e distintivos das cidades que, mesmo separadas por um limite estabelecido, criam um *locus*

próprio de interação, só perceptível naquele espaço geográfico (BRASIL, 2005). Nessas cidades, produz-se uma interface cujas influências recíprocas determinam comportamentos socioeconômicos e culturais que as diferenciam do restante de seus respectivos países, em que se formam verdadeiras *sociedades transfronteiriças*, conforme as define Farret (1997).

O esquema abaixo (Figura 2) traz uma noção visual do que estamos expondo. Trata-se de uma figura cuja função é mostrar as diferenças entre *zona* e *faixa de fronteira*, além das possíveis interações que delas se podem constituir.

A noção de zona de fronteira não é nova na literatura geográfica e nas ciências afins, com suas constantes referências à “região de fronteira” (*borderzones, borderregions*). No entanto, em vez de focalizar as interações locais, a maioria dos autores busca, com essa noção, diferenciar a faixa de fronteira de cada país em relação ao restante do território nacional. O pioneirismo de John House (1988) foi centrar a análise tanto na zona de fronteira quanto no feixe de interações entre cidades fronteiriças, qualificando tais zonas segundo a natureza dos fluxos. O citado autor, no entanto, assinala a dificuldade que reside em se analisar os efeitos locais desses fluxos, mais difíceis de justificar em termos teóricos do que práticos.

Na América do Sul, grande parte das zonas de fronteira possuem i) baixo nível de desenvolvimento, ii) pequena densidades de população e iii) forte dependência em termos comerciais, financeiros e políticos, em relação aos principais centros de decisão de seus respectivos países (BRASIL, 2005).

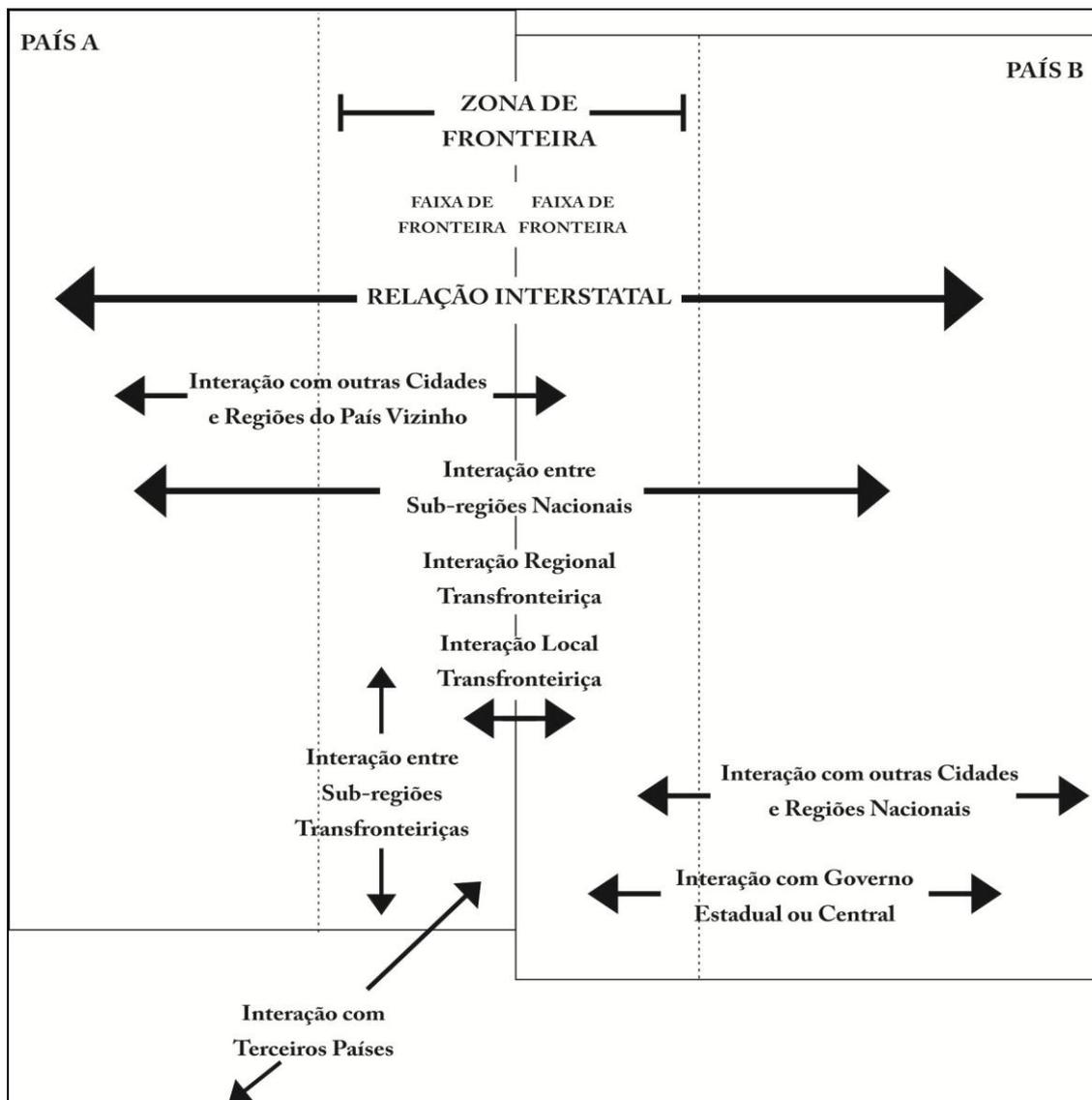


Figura 2 – Esquema de interações fronteiriças.
Fonte: Elaboração : Lia Osório Machado (2004)

A noção de zona de fronteira não é nova na literatura geográfica e nas ciências afins, com suas constantes referências à “região de fronteira” (*borderzones*, *borderregions*). No entanto, em vez de focalizar as interações locais, a maioria dos autores busca, com essa noção, diferenciar a faixa de fronteira de cada país em relação ao restante do território nacional. O pioneirismo de John House (1988) foi centrar a análise tanto na zona de fronteira quanto no feixe de interações entre cidades fronteiriças, qualificando tais zonas segundo a natureza dos fluxos. O citado autor, no entanto, assinala a

dificuldade que reside em se analisar os efeitos locais desses fluxos, mais difíceis de justificar em termos teóricos do que práticos.

Na América do Sul, grande parte das zonas de fronteira possuem i) baixo nível de desenvolvimento, ii) pequena densidades de população e iii) forte dependência em termos comerciais, financeiros e políticos, em relação aos principais centros de decisão de seus respectivos países (BRASIL, 2005). Tais características são muito marcantes nas cidades de Oiapoque e Saint-Georges.

A Zona de Fronteira é, pois, um espaço peculiar, onde se dá o encontro entre dois sistemas sócio-políticos diferentes. Nela se estabelecem relações transfronteiriças de maior ou menor intensidade, muitas vezes não previstas pelo marco legal dos países limítrofes, os quais, classificando tais zonas como internacionais, acabam desconsiderando esta peculiaridade. Em geral, as interações entre populações de distintos países são mais intensas na Zona de Fronteira, em especial nas cidades-gêmeas, que estabelecem marcantes laços comerciais e, muitas vezes, afetivos (BRASIL, 2005).

Em linhas gerais, tanto as zonas quanto as faixas de fronteira estão diretamente ligadas com o perfil funcional das fronteiras. Por este motivo, a integração física, como questão central do interesse nacional de vários países, atribui a suas fronteiras, zonas e faixas um novo papel estratégico. Estes espaços geográficos constituem-se pontos de interpenetração, tornando as relações transfronteiriças um tema prioritário das relações internacionais. Na Geografia Política, um dos pontos centrais nesta discussão é o papel dos limites internacionais, abordado em seguida.

A FUNÇÃO DOS LIMITES INTERNACIONAIS: LEGITIMIDADE, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE TERRITORIAL.

Não menos importante que a função da fronteira e dos temas a ela relacionados é a funcionalidade dos limites internacionais. O aparecimento da linha de fronteira acompanhou estreitamente os progressos do pensamento

moderno de território e participou igualmente dos aperfeiçoamentos da cartografia e da evolução das estratégias militares. Partes dessas estratégias, com efeito, foram conformando a fronteira franco-brasileira ao longo de mais de três séculos, como se verá adiante.

A constituição dos limites internacionais até a sua plena consolidação, com todas as suas premissas, passa por três etapas: *definição*, dada pelos tratados internacionais; *delimitação*, a cargo dos cartógrafos; e *demarcação* do território, quando os países envolvidos têm a clareza de onde começa ou, dependendo do ponto de vista, termina seu domínio territorial.

A necessidade de definir os limites nasceu das funções que eles exercem. Há três funções essenciais para justificar a existência de um limite: a *função legal*, em que se delimita uma dada área territorial dentro da qual se aplica o direito internacional de um Estado territorial; a *função fiscal*, para defender o mercado nacional; e a *função de controle*, por meio da qual o país se vale da vigilância sobre os homens e dos seus bens no momento de cruzar as fronteiras. Portanto, conforme já salientavam Guichonnet & Raffestin (1974), os limites têm funções militares, jurídicas, burocráticas, econômicas e ideológicas. Através das três funções básicas, nota-se então que os limites são marcas do controle territorial, expressões de soberania, poder e independência (política), além de expressarem a manipulação de uma dada área, ou seja, a construção de territorialidades interestatais, próximas, distantes na implementação de ensaios de uma cooperação transfronteiriça institucionalizada. Esta última é o momento no qual a relação na fronteira, por

exemplo, entre França e Brasil se apresentam neste século XXI.

O limite tem outra função de fundo: a de incluir/excluir pessoas. A categorização sociológica dos limites fronteiriços é expressa através de uma série de distinções binárias que

destacam a fronteira, constituindo uma clara linha de separação entre duas entidades distintas. Estas distinções têm sido expressas em um número variado de maneiras binárias (nós/eles; aqui/lá; incluir/excluir, entre outros), tais como as mostradas na Figura 3.



Figura 3- distinções binárias do limite internacional
Fonte: Newman (2006a). Elaboração: Gutemberg Silva (2013)

É este o sentido dos limites internacionais que criam diferenças binárias e demarcam os parâmetros em relação a como as identidades são concebidas, percebidas, mantidas e reformuladas. Mas, como veremos, estas diferenças binárias são contestadas pela *lógica reticular*, isto é, pelas redes geográficas. Mesmo com as redes, no entanto, é fato que o limite das fronteiras separa politicamente dois territórios, dois povos e duas ideologias de maneira mais clara que a fronteira. Ambas as formas interagem no mundo globalizado de formas variadas caso a caso. A fronteira franco-brasileira, por exemplo, possui, dependendo da linha adotada, bases analíticas para ambas as formas.

Não existe um único modo para administrar os limites, os quais podem ser *fechados e impermeáveis*, determinando na zona de fronteira o desenvolvimento de uma sociedade em movimento mais ou menos marginal, por vezes

conquistadora, outras vezes na defensiva. Os limites podem também caracterizar-se por distintos gradientes de abertura para a circulação de pessoas e bens de um lado ao outro.

É frequente notar na literatura que o grau de abertura para qualquer atividade determina uma variação distinta das áreas ao redor do limite, pois, dependendo dos estímulos, para abrir ou para fechar, a zona transfronteiriça terá uma dada configuração e padrões de envolvimento com o outro lado do limite internacional.

Onde estes limites são fechados e rígidos, para uma ou outra finalidade específica, podem-se formar espaços sociais e econômicos muito diferentes a cada lado da 'barreira' que se construiu contra a livre circulação- apesar da grande proximidade física- a mais próxima que pode se imaginar entre duas nações. Neste caso, os limites internacionais funcionam, na maior

parte das vezes, como barreiras à difusão espacial de inúmeros fenômenos e processos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entender as relações internacionais e transfronteiriças significa ter a clareza da existência de caminhos construídos em bases variadas e que se projetam em horizontes político-territoriais de atores que promoveram uma ação naquele espaço geográfico e refuncionalizam o uso do território de seus países e regiões, atribuindo-lhes, desde fins do século XX, *novos usos*.

É desafiador, neste novo século, compreender os desdobramentos das várias ações visando à cooperação transfronteiriça ou o reforço das barreiras entre os países, a partir dos quais estratégias territoriais de atores variados divergem, convergem, moldam-se e nos impõem aportes teóricos e estudos analíticos cada vez mais aprofundados sobre as interações espaciais entre os dois países, seja do ponto de vista institucional, seja no aspecto das redes ilegais.

NOTAS

i Este artigo contou com apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Amapá (FAPEAP), por meio do Edital Custeio Tese nº 03-2011.

ii Geógrafo; Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Professor da Universidade Federal do Amapá (Unifap).

E-mail: bgeografo@gmail.com

¹ Para uma leitura aprofundada sobre a expressão, cf. Santos (1996) e Santos & Silveira (2001).

² Sobre a espacialidade na Geografia, cf. Soja (1993), o qual procura mostrar a importância da espacialidade na teoria social crítica. Nessa linha, Milton Santos vem, ao longo de sua obra, demonstrar que a dimensão espacial é extremamente necessária para o entendimento da totalidade social.

³ Em sentido amplo, é todo planejamento social que implique o estabelecimento de objetivos a certo prazo, assim como a sua gestão. A política atua ao mesmo tempo sobre a sociedade e sobre o espaço. *Espaço Político*, por outro lado, refere-se a um recorte onde diversos interesses se organizam, cujas ações possuem efeitos necessariamente abrangentes em relação à sociedade. Com efeito, o *espaço político* nos obriga a pensar o espaço geográfico nas mais distintas escalas geográficas em que ocorrem as relações sociais. Outra noção cenl é a de Política Territorial. Esta é definida como conjunto de planejamentos estratégicos a médio e longo prazos, assim como as suas correspondentes formulações de atuação dirigidas a intervir sobre o território (SANCHEZ, 1992).

⁴ Sack (1986) aponta que a Geografia Política foca, além dos fatos políticos por excelência, no território e em suas correspondentes territorialidades. O território é a área na qual se faz o controle (mediante relações de poder), ao passo que a territorialidade é a tentativa de um

indivíduo ou grupo de estabelecer controle, afetar ou influenciar as relações no território.

⁵ A expressão é usada para pensar a fronteira como um *sistema aberto* por meio do qual se mantêm trocas e circulação (Cf. MACHADO, 1998).

⁶ O termo *estratégia* surgiu no final do século XVIII como uma redefinição da antiga “arte da guerra”, preocupando-se essencialmente com a gestão administrativa da guerra e com a segurança pública (PROENÇA Jr., DINIZ e RAZA, 1996). Classicamente, a dimensão espacial da estratégia é chamada de *Geoestratégia*.

⁷ Denominação dada à região localizada ao norte da Alemanha onde ocorreu a assinatura dos tratados.

⁸ Expressão genérica de uma série de guerras que diversas nações europeias travaram entre si, a partir de 1618, especialmente na Alemanha, por motivos variados, tais como rivalidades religiosas, territoriais e comerciais. As hostilidades causaram sérios problemas econômicos e demográficos na Europa Central e tiveram fim com a assinatura, em 1648, de alguns tratados que, em conjunto, são chamados de Paz de Westphalia.

⁹ Segundo Étienne Pion, presidente da CAEDEL - *Centre d'Action Européenne Démocratique et Laïque* -, laicidade é um conjunto de valores e, ao mesmo tempo, um sistema de

vida social e cívica. O primeiro dos valores é o da *liberdade absoluta da consciência*, a liberdade de crer ou não num Deus, de ter uma religião ou de mudar de religião, ou mesmo de ser ateu. O segundo valor ou princípio é o de que a liberdade de consciência supõe *liberdade de expressão*. A independência do espírito implica a recusa do dogma. Por excelência, os laicos são a-dogmáticos. Este pressuposto aplica-se a todo tipo de dogmas: religiosos, políticos, culturais e até económicos. O laico, em síntese, defende rigor nas reflexões e abertura no pensamento (Vide <http://www.laicidade.org/wp-content/uploads/2006/09/e-pion-laicidade-01.pdf>).

REFERÊNCIAS

ABREU, G. S. *Faixa de Fronteira do Brasil: o aparente conflito entre segurança e desenvolvimento*. Disponível em: <<http://www.eceme.ensino.eb.br/portallee/arquivos/faixafrenteirabrasil.pdf>>. Acesso em 07 abr 2009.

AGNEW, J. *Making Political Geography*. London: Arnold, 2002.

AGNEW, J. MICHELL, K.; TOAL, G. Introduction. In: *A Companion to Political Geography*. Blackwell, 2003.

ALANEN, A.; H. ESKELINEN. Economic gap at the Finnish-Russian border. In: Ahponen, P. & P.Jukarainen (Ed.). In: *Tearing down the curtain, opening the gates*. Northern boundaries In Change. University of Jyväskylä, 2000. p. 38-54.

ANDERSON, M. *Les frontières : un débat contemporain, Cultures & Conflits, Tous les numéros, Contrôles : frontières, identités. Les enjeux autour de l'immigration et de l'asile*, mis en ligne le 15 mars 2006. Disponível em: <http://conflits.revues.org/index359.html>

BOUDOUX D'HAUTEFEUILLE, M. *Politiques publiques de développement à la frontière franco-brésilienne : une ignorance mutuelle*. Revista

- Confins* 17, 2013. Disponível em: <http://confins.revues.org/8262>. Consultado em 07 Ago 2013.
- BRUNET-JAILLY, E. Theorizing Borders - An Interdisciplinary Perspective. *Geopolitics*, 10, 633-649, 2005.
- CUISINIER-RAYNAL, A. La Frontière au Pérou Entre Fronts Et Synapses. *L'Espace géographique*, 2001/3 (tome 30), Belin, 2001. Disponível em http://www.cairn.info/auteur.php?ID_AUTEUR=2035.
- FARRET, R. Especificidades das áreas urbanas de fronteiras. In: IARA, R. C.; KOCH, M. R.; OLIVEIRA, N.; SCHÄEFFER, N. O. & STROHAECKER, T. (org.) *Fronteiras Na América Latina: espaços em transformação*. Porto Alegre: UFRGS/FEE, 1997.
- GUICHONNET, P. ; RAFFESTIN, C. *Géographie des Frontières*. Paris: PUF, 1974.
- HOUSE, J.W. The frontier zone: A conceptual problem for policy makers. *International Political Science Review*. v1, 1980. p. 456-77.
- HOUTUM, H. V. *The Development of Cross-Border Economic Relations*. Países Baixos: Tese de Doutorado. Amsterdam, 1998.
- KOLOSSOV, V. Border Studies: Changing Perspectives and Theoretical Approaches. *Geopolitics*, n.10, 2005. p. 606-632.
- LAINE, J. *Perceptions toward the opening of the Finnish Russian border: border as a barrier among actors involved*. University of Joensuu. Department of Geography. Master's thesis, 2006.
- MACHADO, L. O. Limites, fronteiras, redes. In: STROHAECKER, T.M.; DAMIANI, A.; SCHAFFER, N.O.; BAUTH, N.; DUTRA, V.S. (org.). *Fronteiras e Espaço Global*, AGB-Porto Alegre, Porto Alegre, 1998, p.41-49
- _____. *Terra Limitanea*. CNPq/UFRJ, 2002.
- _____. A Faixa de Fronteira, os Crimes transnacionais e as ações de integração. In: Seminário Faixa de Fronteira: Novos Paradigmas, 2004, Brasília, Palácio do Planalto. *Seminário Faixa de Fronteira: Novos paradigmas*. Brasília D.F.: Gabinete de Segurança Institucional - Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais, 2004. v. vol.1. p. 92-94
- MEDEIROS. E. J.R. *A Cooperação Transfronteiriça Portugal-Espanha e Suécia-Noruega: Efeito Barreira e Impactes Territoriais do INTERREG-A*. (Tese de Doutorado). Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa (CEG) - Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT): Lisboa, 2010.
- NEWMAN, D. Boundaries. In: AGNEW, J et. al. *A Companion to Political Geography*. 1ª ed. Oxford: Basil Blackwell, 2003.
- _____. Borders and Bordering Towards an Interdisciplinary Dialogue. *European Journal of Social Theory* 9(2): 171-186, 2006a.
- _____. The lines that continue to separate us: borders in our 'borderless' world. *Progress in Human Geography*, 30, 2, 2006b, p. 143-161.
- NEWMAN, D; PAASI, A. Fences and neighbours in the postmodern world: boundary narratives in political geography. *Progress in Human Geography* 22,2, 1998, p. 186-207.
- NIJKAMP, P.; BATTEN, D. - Barriers to communication and spatial interaction, In: *The annals of regional science*: Bellingham - vol. 24, nº 4, Boston, 1990. p. 233-236.
- _____.; RIETVELD, I; PIET, S. Barriers in spatial interactions and communications - A conceptual exploration. In: *The Annals Of Regional Science*. Bellingham - vol. 24, nº 4, Boston, 1990. pp. 237-252.
- OHMAE, K. *O fim do Estado Nação: A ascensão das economias regionais*. 4º ed. Rio de Janeiro: Campus, 1996.
- PAASI, A. 'Boundaries As Social Processes: Territoriality in the World of Flows'. *Geopolitics*, 3(1), 1998. p. 69-88.
- _____. Generations and the development of border studies. *Geopolitics* 10,2005,p. 663-71.
- PERKMANN, M. "Building Governance Institutions Across European Borders", in *Regional Studies*, Vol. 33, Nr. 7, 1999, pp. 657-667.
- _____. *Cross-Border Regions in Europe : Significance and Drivers of Regional Cross-*

Border Co-Operation. *European Urban and Regional Studies* 10(2), 2003, p. 153-171.

_____; SUM, N-L.. Globalization, Regionalization and Cross-Border Regions: Scales, Discourses and Governance. In: M. PERKMANN AND N-L. SUM (Eds.) *Globalization, Regionalization and Cross-Border Regions*. New York: Palgrave MacMillan Ltd, 2002. p. 3-21.

PROENÇA JR, D.; DINIZ, E.; RAZA, S.G. *Guia de estudos estratégicos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

RAFFESTIN, C., GUICHONNET, P. & HUSSY, J. *Frontières et Sociétés: Le cas franco-genevois*. l'Age d'Homme, 1975.

RAMOS GARCIA, J.M. Governos locais e a cooperação transfronteiriça México-EUA. *Espiral, Estudios sobre Estado y Sociedad*, Vol.IX. No. 25. Set/dez, 2002.

RIETVELD, P. Obstacles to openness of border regions in Europe. In: VAN GEENHUIZEN, M. & RATTI, R (Ed.). *Gaining advantage from open borders*. An Active Space Approach To Regional Development. Ashgate: Aldershot, 2001. p. 79-96.

_____. P. Transport and Communication Barriers in Europe. In: CAPPELIN, R. & P.W.J. BATEY (Ed.). *Regional Networks, Border Regions And European Integration*. Pion: London, 1993. p. 70-88.

NIJKAMP, P.; RIETVELD, I; PIET, S. Barriers in spatial interactions and communications - A conceptual exploration. In: *The Annals Of Regional Science*., Bellingham - vol. 24, nº 4, Boston, 1990. pp. 237-252.

SANTOS, M. A natureza do espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SHAPIRO, M.J. AND ALKER H.R (editors). *Challenging boundaries: Global flows, territorial identities*. Minneapolis: University of Minneapolis Press, 1996.

SOJA, Edward W. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro,. Jorge Zahar, 1993.

STEIMAN, R. A geografia das cidades de fronteira: um estudo de caso de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia). 2002. 128 f. Dissertação de mestrado (Mestrado em Ciências) - Instituto de geociências - PPGG, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

_____. *Áreas Protegidas nas zonas de fronteira internacional da Amazônia Brasileira*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 2008.

SILVA, G. V. Novos usos territoriais da fronteira Franco-Brasileira. In: PORTO, Jadson *et. al. Condicionantes Construídos: reflexões sobre as transformações espaciais amapaenses*. Macapá: Jadson Porto, 2007.

_____. *Usos contemporâneos da fronteira franco-brasileira: entre os ditames globais e a articulação local*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (POSGEA/UFRGS), 2008. 175p.

_____. Integração Física Sul-Americana: Redes técnicas, território e escalas de ação no Planalto das Guianas. In: CARVALHO, G.; WAGNER, Alfredo. (Org.). *O Plano IIRSA na visão da Sociedade Civil Pan-Amazônica*. Belém: FASE; Observatório Comova/UFGA, 2009, p. 213-248.

_____. Interações espaciais Amapá (BR)-Guiana Francesa (FR). Uso político do território e cooperação transfronteiriça. In: PORTO, J.L.R.; NASCIMENTO, D. M. *Interações fronteiriças no Platô das Guianas: novas construções, novas territorialidades*. Rio de Janeiro: Publit, 2010. p. 75-106.

_____. *Desenvolvimento econômico em cidades da fronteira amazônica: ações, escalas e recursos para Oiapoque-AP* Revista *Confins*, nº 17, 2013. Disponível em: confins.revues.org/8250.

SILVA, G. V.; RÜCKERT, A. A. A Fronteira Brasil-França: mudança de usos político-territoriais na fronteira entre Amapá (BR) e Guiana Francesa (FR). *Confins - Revista Franco-Brasileira de Geografia*, n.7, 2009b. Disponível em <http://confins.revues.org/6040>. Acesso em 20 jan. 2010.